

## EDITAL

### Pregão Eletrônico CRN-11 Nº 90003/2026

Processo Administrativo nº 1101125.000002/2026-82

UASG 919285

#### DADOS DO PREGÃO ELETRONICO

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 02/06/2026

**HORÁRIO:** 9 horas (horário de Brasília).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor valor global por Lote.

**ENDEREÇO ELETRONICO:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 77.246,18 (setenta e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos)

#### LICITAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

O CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 11ª REGIÃO – CRN-11, torna público, por meio de seu pregoeiro, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

**1.1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e copeiragem, a serem executados com e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, para suprir as necessidades da **Sede e Delegacias** do Conselho Regional de Nutricionistas da 11ª Região (CRN-11), pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) que compõe este Edital e seus demais anexos.

**1.2.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei até o limite decenal, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.3.** As especificações do objeto estão dispostas na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos:

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 – 5º andar – sala 505 – Papicu, CEP: 60175-047 – Fortaleza – CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

Lote	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual
1	Auxiliar de Serviços Gerais/Copeiro	Posto	1	R\$ 4.469,97	R\$ 53.639,64
<b>Valor Total do Lote 01</b>					<b>R\$ 53.639,64</b>
2	Serviço de Limpeza da Delegacia em São Luís/Ma	Diária	52	R\$ 226,99	R\$ 11.803,27
	Serviço de Limpeza da Delegacia em Teresina/PI	Diária	52	R\$ 226,99	R\$ 11.803,27
<b>Valor Total do Lote 02</b>					<b>R\$ 23.606,55</b>

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

### **Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar – sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE  
E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

2.6.12. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

2.6.12.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

2.6.13. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.6.14. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau.

2.6.15. A vedação de que trata o item 2.6.14 aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.17.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.2.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do Lote, conforme demonstrado no Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão alterar o cadastro de seus valores iniciais ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR VALOR POR LOTE**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 (um centavo)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

5.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (Art. 60, §1º, da Lei 14.133/2021):

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. Empresas brasileiras;

5.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta READEQUADA ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

### **Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União, disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc> ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> para a pessoa jurídica) em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.1. A empresa vencedora do LOTE 1 deverá apresentar proposta ajustada acompanhada de planilha de formação de custos, conforme modelo disponibilizado pelo CRN-11.**

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6.1. O Pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como as unidades requisitantes do serviço objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.

6.7. O valor máximo para esta contratação será de:

6.7.1. Lote 1 (1 postos ASG, 40 horas semanais, para as sede em Fortaleza/CE): R\$ 53.639,64 (cinquenta e três mil seiscientos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) anuais;

6.7.2. Lote 2 (52 diárias para a Delegacia de Teresina/PI e 52 diárias para a Delegacia de São Luís/MA): R\$ 23.606,54 (vinte e três mil seiscientos e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

6.8. Será considerado para composição dos custos mínimos contidos na Instrução Normativa nº 176/2024 os previstos nos:

6.8.1. CCT SEEACONCE CE000025/2026 para o Lote 1;

6.9. Para a formulação dos custos referentes ao benefício auxílio alimentação, deverá ser considerado o período médio mensal de 22 dias trabalhados.

6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.10.1. Contiver vícios insanáveis;

6.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



6.11. Se houver indício de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuados diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.11.2. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.11.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.11.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, se for o caso.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação:

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira e técnica, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo 'Consulta Situação do Fornecedor', algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador.

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. Qualificação técnica

7.2.2. Documentação relativa à qualificação técnica elencada no item 8.2.22. do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

7.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

7.3.1. São as exigidas nos subitens 8.2.12 a 8.2.18 do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

7.4. Habilitação jurídica

7.4.1. São as exigidas nos subitens 8.2.1 a 8.2.11 do termo de Referência anexo I deste Edital.

7.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.5.1. Os LICITANTES deverão apresentar o Atestado de Visita Técnica, assinado pela CONTRATANTE. O atestado de visita técnica poderá ser substituído pela Declaração de Abdicação da Visita Técnica, emitida pela LICITANTE em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho e assume total responsabilidade, sem quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

7.6. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.6.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.7. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.8. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.9. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço de e-mail: **[licitacao@crn11.org.br](mailto:licitacao@crn11.org.br)**.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.11.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

7.12.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.12.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.14. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021).

7.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.16. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN n.º 3/2018, art. 7º, caput).

7.17.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.18. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.19. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.20. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.20.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

7.20.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.21.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.21.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.22. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

7.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 9.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 9.1.7.1 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar;
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão designada, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, exclusivamente para o e-mail [licitacao@crn11.org.br](mailto:licitacao@crn11.org.br), até as 17:00 horas, no horário oficial de Brasília/DF.

10.1.1. Solicitações encaminhadas após esse horário serão computadas no dia útil posterior.

10.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

10.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

10.4. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei 14.133/21, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

10.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal, dentro do prazo estabelecido no item 10.2, e vincularão os participantes e o CRN-11.

## **11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

11.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, em até 05 (cinco) dias úteis, após a convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

11.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CRN-11.

11.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

11.2.1. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, o CRN-11, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta (se houver) em favor do CRN-11.

11.3.1. Essa regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I mencionado acima.

11.4. Previamente à contratação, o CRN-11 realizará consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar, no âmbito do CRN-11, no âmbito da Administração Pública, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicaf, a licitante deverá regularizar a sua situação perante o cadastro, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos.

11.4.2. Também, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e as juntará ao respectivo processo.

11.5. A ata ou o contrato será emitido e assinado através de sistema eletrônico utilizado pelo CRN-11.

11.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela contratada durante toda a vigência contratual.

11.7. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, prorrogável, conforme previsto no presente instrumento convocatório e seus anexos.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

12.10.2. ANEXO II - Modelo de apresentação de proposta;

12.10.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

12.10.4. ANEXO IV - Atestado de Visita Técnica;

12.10.5. ANEXO V – Declaração de Abdicação da Visita Técnica;

**Presidente do Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região - CRN-11**  
ELIAKIM DO NASCIMENTO MENDES, CRN-11 nº 5393

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE  
E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e copeiragem, a serem executados com e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades da Sede e Delegacias do Conselho Regional de Nutricionistas da 11ª Região (CRN-11), conforme as especificações e quantitativos estabelecidos neste documento e em seus anexos.

#### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão dispostas na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	CATMAT/ CATSER	Especificação	Unidade	Quant.	Valor mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	25194	Auxiliar de Serviços Gerais/Copeiro – Fortaleza/CE  Segunda a Sexta-Feira, das 8h às 17h, com 1h de intervalo para repouso e alimentação.	Posto de Trabalho	1	4.469,97	53.639,64
<b>Valor total do Lote 1</b>						<b>53.639,64</b>
2	24023	Limpeza e Conservação da Delegacia em São Luís/MA – Diária 1 (uma) vez na semana – mínimo de 4 (quatro) horas	Diária	52	226,99	11.803,27
		Limpeza e Conservação da Delegacia em Teresina/PI – Diária 1 (uma) vez na semana – mínimo de 4 (quatro) horas	Diária	52	226,99	11.803,27

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 – 5º andar – sala 505 – Papicu, CEP: 60175-047 – Fortaleza – CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

Lote	CATMAT/ CATSER	Especificação	Unidade	Quant.	Valor mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Valor total do Lote 2						23.606,54

2.2. O regime de execução desta contratação **não prevê o fornecimento de materiais de limpeza, higiene, copa ou de quaisquer equipamentos pela empresa CONTRATADA**, sendo estes de responsabilidade do CONTRATANTE (CRN-11).

2.3. Para o Lote 01, sempre que necessário, o CONTRATANTE poderá solicitar que a CONTRATADA preste serviços em carga horária superior à contratada. Nesse caso, toda hora excedente será paga com o acréscimo legal, salvo se ocorrer a compensação de horas, conforme legislação vigente e acordo entre as partes.

2.3.1. Os Serviços Extras realizados no sábado e domingo serão pagos como adicional de hora extra em conformidade com legislação vigente, e serão solicitadas com 3 (três) dias de antecedência de acordo com calendário fornecido pela CONTRATANTE.

2.4. Havendo eventual divergência entre o CATMAT/CATSERV e a descrição/especificação dos itens na tabela acima, prevalecerão estas últimas.

2.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (dozes) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei mesma Lei, e o reajuste será pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

2.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista sua necessidade em caráter permanente para a manutenção dos serviços de limpeza e conservação dos bens móveis e imóveis do CRN-11.

2.7. A eficácia do contrato ficará condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei no 14.133/2021.

### 3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a adequada limpeza, conservação e higiene das instalações do CRN-11, permitindo o pleno funcionamento da autarquia e um ambiente de trabalho salubre, conforme a justificativa e o detalhamento

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

apresentados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que é parte integrante e indissociável deste processo.

3.2. A solução foi desenhada a partir da análise das distintas necessidades de cada unidade do Conselho. Para a Sede, de maior porte e fluxo, definiu-se um posto fixo para assegurar a manutenção contínua. Para as Delegacias, de menor porte e demanda, optou-se pelo modelo de diárias, que se mostra mais eficiente e econômico. A divisão em lotes visa, portanto, otimizar os recursos, ampliar a competitividade e contratar a solução técnica e economicamente mais vantajosa para cada realidade, em total alinhamento com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A ausência desses serviços comprometeria a continuidade das atividades do Conselho nos três estados sob sua jurisdição (Ceará, Piauí e Maranhão), impactando as condições de trabalho de seus colaboradores e a qualidade do atendimento prestado à categoria e à sociedade.

3.4. Busca-se, com esta contratação, garantir a continuidade, a qualidade e a economicidade na execução de serviços que, embora acessórios à atividade principal do Conselho, são fundamentais para o seu pleno funcionamento.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **4.1. LOTE 1 – SEDE (FORTALEZA/CE): REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

4.1.1. **Jornada de Trabalho:** O posto atenderá a uma carga horária de **40 (quarenta) horas semanais**, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com 1 (uma) hora de intervalo para repouso e alimentação.

#### **4.1.2. Atividades de Limpeza e Conservação:**

##### **a) Diariamente:**

- Realizar a limpeza de todas as superfícies (mesas, estações de trabalho, armários, telefones, etc.), removendo o pó e marcas.
- Varrer e passar pano úmido com produto adequado em todos os pisos.
- Esvaziar todas as lixeiras, acondicionar o lixo em sacos plásticos e removê-lo para o local indicado, no mínimo 2 (duas) vezes ao dia.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 – 5º andar – sala 505 – Papicu, CEP: 60175-047 – Fortaleza – CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

- Higienizar completamente os banheiros (pisos, paredes, vasos sanitários, pias e espelhos), repondo os materiais de higiene (papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido) fornecidos pelo CRN-11.
- Limpar portas de vidro, espelhos e outras superfícies de vidro de uso constante.

**b) Semanalmente:**

- Realizar a limpeza de paredes, rodapés, portas e divisórias.
- Limpar a face interna de janelas e esquadrias que não exponham o colaborador a risco.
- Lavar todas as lixeiras com água e sabão.
- Limpar cadeiras e poltronas com produtos adequados ao seu revestimento.

**c) Mensalmente:**

- Limpar a parte externa de luminárias e aletas externas de ar-condicionado.
- Realizar limpeza mais profunda atrás de móveis e arquivos.

**4.1.3. Atividades de Copeiragem:**

a) Preparar e servir café e água, mantendo as garrafas térmicas abastecidas ao longo do expediente para os colaboradores, diretoria e visitantes.

b) Manter a copa permanentemente limpa e organizada, incluindo a higienização de bancadas, pia, micro-ondas, cafeteira e outros eletrodomésticos.

c) Realizar a limpeza de utensílios como xícaras, copos e talheres utilizados no dia a dia.

d) Controlar os insumos da copa (pó de café, açúcar, adoçante, copos descartáveis, etc.) fornecidos pelo CRN-11, informando ao fiscal do contrato a necessidade de reposição.

e) Dar suporte em reuniões, servindo água e café aos participantes conforme solicitado.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

## **4.2. LOTE 2 – DELEGACIAS (TERESINA/PI E SÃO LUÍS/MA): REGIME SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

**4.2.1. Jornada de Trabalho:** A prestação do serviço ocorrerá em **1 (uma) diária de no mínimo 4 (quatro) horas por semana** em cada Delegacia. O dia da semana e o horário serão definidos pelo fiscal do contrato em comum acordo com a CONTRATADA.

### **4.2.2. Atividades de Limpeza e Conservação (Execução Semanal):**

- a) Realizar a limpeza geral e completa de todas as dependências da Delegacia.
- b) Varrer e passar pano úmido com produto adequado em todos os pisos.
- c) Remover o pó de todas as superfícies, como mesas, cadeiras, armários e equipamentos.
- d) Higienizar completamente os banheiros, incluindo vasos, pias, espelhos e pisos, e repor os materiais de higiene fornecidos pelo CRN-11.
- e) Esvaziar todas as lixeiras e remover o lixo para local apropriado.
- f) Limpar vidros internos, portas e remover eventuais manchas de paredes.

**4.2.3.** Fica estabelecido que **não haverá prestação de serviços de copeiragem** para o Lote 2.

## **4.3. DO PERFIL PROFISSIONAL E DA CONDUTA**

**4.3.1.** Os profissionais alocados pela CONTRATADA deverão possuir, no mínimo, ensino fundamental completo e experiência comprovada na função.

**4.3.2.** Devem manter conduta discreta, cordial e profissional no ambiente de trabalho, utilizando o uniforme e o crachá de identificação fornecidos pela CONTRATADA durante toda a jornada.

## **5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Trata-se de serviço comum nos termos do Art. 6º, Inc. XIII, da Lei 14.133/2021, por se tratar de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, por meio de uma dispensa de licitação, em razão do seu valor.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 – 5º andar – sala 505 – Papicu, CEP: 60175-047 – Fortaleza – CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

5.2. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a adequada limpeza, conservação e higiene das instalações da Sede e Delegacias do CRN-11, permitindo o pleno funcionamento da autarquia e um ambiente de trabalho salubre, conforme a justificativa e o detalhamento apresentados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que é parte integrante deste processo.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A diária prevista no Lote 02 deve ser de no mínimo 4 (quatro) horas;

6.1.1. Os serviços deverão ser realizados 1 (uma) vez por semana para manter o local limpo, organizado e harmônico, devendo realizar a limpeza de todos os elementos descritos neste item;

6.1.2. A prestação de serviço obedecerá às especificações contidas no Termo de Referência;

6.1.3. O serviço deve ser faturado mensalmente após contabilizada as visitas realizadas dentro do mês referência.

6.2. Na execução do serviço, quando couber:

6.2.1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.2.2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema;

6.2.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/1994, quanto aos equipamentos que se fizerem necessários.

### **6.3. Subcontratação**

6.3.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.

### **6.4. Garantia da Contratação**

6.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

### **6.5. Requisitos Legais**

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



6.5.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021 e à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis:

6.5.1.1. Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

6.5.1.2. Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

6.5.1.3. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis DECOR/CGU/AGU Agosto de 2022.

## **6.6. Requisitos de Segurança**

6.6.1. A contratada fica proibida de compartilhar os dados do CRN-11 com terceiros para qualquer fim.

6.6.2. A Contratada deverá garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e tratativas realizadas por meio do serviço desta contratação.

6.6.3. A Contratada deverá atender ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018.

## **6.7. Requisitos de Sustentabilidade:**

6.7.1. A Contratada deve observar, no que couber, a inclusão de critérios/ práticas de sustentabilidade a serem observados na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços no âmbito do CRN-11.

6.7.2. Não infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar – sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

7.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

7.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. A empresa será selecionada por meio de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de **MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE**.

### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**8.2.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.2.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

**8.2.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.2.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.2.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.2.9. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**8.2.10. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**8.2.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE  
E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.2.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.2.13.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.2.14.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.2.15.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.2.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.2.17.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.2.17.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.2.18.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Técnica**

**8.3.** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

**8.3.1.** O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

9.1. No valor da proposta devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da contratação do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### ***Do recebimento – Provisório e Definitivo***

9.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.3. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 30 (trinta) minutos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



## **Liquidação**

9.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

9.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme sessão anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

9.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

### **Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE  
E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

9.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

9.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

9.23. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

9.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes dos serviços constantes do objeto correrão nas contas de recursos específicos consignados no Orçamento do CRN-11, na seguinte rubrica:

- 6.2.2.1.1.01.04.04.008 - Serviços de Limpeza, Conservação, Copa e Paisagismo  
**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE  
E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

## **11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

### **11.1 Das obrigações da CONTRATANTE;**

11.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos ou instrumento equivalente;

11.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

11.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

11.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

11.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

10.1.6. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias, desde que os requisitos estejam presentes.

### **11.2. São obrigações da CONTRATADA:**

11.2.1. Iniciar os serviços e/ou entregar no período pré-determinado.

11.2.2. A CONTRATADA deverá dispor o objeto contratual de conformidade com proposta em anexo, independentemente de transcrição.

11.2.3. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade técnica, operacional e administrativa sobre a prestação do serviço, não podendo ceder ou transferir a outras empresas as responsabilidades estabelecidas em contrato ou por problemas na execução do objeto contratual, parcial ou totalmente, ou ainda negociar direitos deles derivados, sem o expresso consentimento do CRN-11.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

11.2.4. Executar o objeto contratual, seguindo as especificações e exigências constantes na proposta apresentada e responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida em contrato.

11.2.5. A CONTRATADA deve comprometer-se com a garantia da qualidade dos serviços/objetos contratados.

11.2.6. A falta de qualquer ação necessária ao fornecimento do serviço/objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e, não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos contratados.

11.2.7. Solicitar ao CRN-11, em tempo hábil, quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessários, que possam vir a comprometer a execução do objeto contratual.

11.2.8. Comunicar ao CRN-11, por escrito ou via e-mail, qualquer anormalidade de caráter urgente ou a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do contrato ou dos serviços prestados e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.2.9. Fica vedado à CONTRATADA fazer uso das informações prestadas pelo CRN-11, que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

11.2.10. É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

11.2.11. A CONTRATADA deverá manter preposto durante o período de vigência do contrato, para atender às solicitações do Conselho.

11.2.12. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, inerentes às condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

11.2.13. A subcontratação parcial do serviço objeto deste contrato poderá acontecer desde que expressamente autorizada pelo CRN-11, e a CONTRATADA assume desde já a total e absoluta responsabilidade perante toda legislação vigente e pertinente à subcontratação.

11.2.14. A CONTRATADA se obriga a contratar pessoas idôneas e a utilizar profissionais capacitados, equipamentos e materiais de qualidade para a execução dos serviços, conforme especificados na proposta, durante todo o período de vigência do contrato, gerenciando a qualidade final dos materiais e serviços a serem prestados.

11.2.15. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessárias para o atendimento das obrigações decorrentes do contrato, para assegurar o perfeito andamento dele.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

11.2.16. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.

11.2.17. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as licenças, taxas, emolumentos necessários à fiel execução do contrato, bem como, eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas.

11.2.18. Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação dos serviços, devido à impossibilidade de execução conforme o contratado, sem qualquer custo adicional ao CRN-11.

11.2.19. Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao CRN-11, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da CONTRATADA, em decorrência da execução dos serviços desta contratação, não cabendo ao Conselho, em nenhuma hipótese, a responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes, ficando este, desde já, autorizado a reter os créditos decorrentes da prestação dos serviços, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a CONTRATADA das sanções previstas no contrato e em lei, até a completa indenização dos danos.

11.2.20. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à efetiva execução objeto contratado, não sendo admitido nenhum acréscimo na proposta, tais como despesas com pessoal, seja de mão de obra própria ou locada, salários, diárias, hospedagem, alimentação, transportes, fretes, tributos em geral, incidências fiscais, comerciais, taxas e contribuições de qualquer natureza ou espécie, emolumentos em geral, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados, que venham a incidir direta ou indiretamente sobre a execução do objeto contratado, não cabendo à proponente qualquer reclamação posterior.

11.2.21. É proibido à CONTRATADA executar qualquer alteração, supressão ou acréscimo dos serviços previstos no presente contrato, sem que a CONTRATANTE autorize, previamente, por escrito, sob a forma de aditivo a este ou na forma de novo contrato.

11.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



11.2.23. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de demais tratativas resguardando os dados utilizados;

11.2.24. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação dolosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

11.2.25. Ao final de cada mês, enviar relatório por e-mail ao fiscal do contrato, comprovando o recolhimento das custas trabalhistas do profissional contratado para realização do serviço.

## **12. DO REAJUSTE**

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Para o Lote 01:

12.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de reajuste salarial da Convenção Coletiva da categoria (CCT), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Para o Lote 02:

12.3.1. O reajuste será pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme previsto no artigo 92, § 3º, da Lei 14.133, de 2021.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 – 5º andar – sala 505 – Papicu, CEP: 60175-047 – Fortaleza – CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III - Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

#### **IV – Multa**

I - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

II - compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 – 5º andar – sala 505 – Papicu, CEP: 60175-047 – Fortaleza – CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE  
E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **15. DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. ALTERAÇÕES**

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 – 5º andar – sala 505 – Papicu, CEP: 60175-047 – Fortaleza – CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **ANEXO II**

#### **MODELO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (PARA PREENCHIMENTO DO FORNECEDOR INTERESSADO)**

Referência: Contratação de empresa especializada em cobrança administrativa de profissionais inadimplentes quanto ao pagamento de taxas e anuidades, devidamente registrados neste Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região, pelo período de 12 (doze) meses.

#### **DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA:**

Razão Social:

CNPJ

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico:

Nome do Representante Legal:

#### **Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



Lote	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual
1	Auxiliar de Serviços Gerais/Copeiro	Posto	1		
Valor Total do Lote 01					

Lote	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual
2	Serviço de Limpeza da Delegacia em São Luís/Ma	Diária	52		
	Serviço de Limpeza da Delegacia em Teresina/PI	Diária	52		
Valor Total do Lote 02					

#### Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por \_ (\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão.  
(Não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.)

Local, data assinatura.

### ANEXO III

#### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº X/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE A EMPRESA , E O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 11ª REGIÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

**O CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO DA 11ª REGIÃO**, com sede à Av. Santos Dumont 5335, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.316.907/0001- 77, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado por seu Presidente, Eliakim do Nascimento Mendes, e pela sua Tesoureira, Ennya Cristina Pereira dos Santos Duarte, no uso de suas atribuições legais e, de outro lado, a empresa **XXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXX, com sede na XXXX , doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por XXXX, entre si ajustam o presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo partes integrantes, independente de transcrição, o Edital e seus anexos, bem como a Proposta apresentada pela CONTRATADA, resultante do Pregão Nº XXXX/2025, Processo Administrativo Nº **1101125.000002/2026-82**, ficando, porém,

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas na Proposta que contrariarem as disposições deste CONTRATO, que reger-se-á pelas Cláusulas seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e copeiragem, a serem executados com e sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades da Sede e Delegacias do Conselho Regional de Nutricionistas da 11ª Região (CRN-11), pelo período de 12 (doze) meses, conforme tabela abaixo e demais especificações contidas neste instrumento e na proposta da contratada.

Lote	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual
1	Auxiliar de Serviços Gerais/Copeiro	Posto	1		
<b>Valor Total do Lote 01</b>					

Lote	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual
2	Serviço de Limpeza da Delegacia em São Luís/Ma	Diária	52		
	Serviço de Limpeza da Delegacia em Teresina/PI	Diária	52		
<b>Valor Total do Lote 02</b>					

1.1. O serviço será fornecido pela Contratada obedecendo ao disposto neste contrato, no Termo de Referência e demais normas legais e regulamentares pertinentes, e compreendem os termos discriminados mais adiante.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei até o limite decenal, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e o reajuste será pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme previsto no artigo 92, § 3º, da Lei 14.133, de 2021.

2.2. Eventual prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. Além da ordem descrita nos itens da Cláusula Primeira, **a execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

3.1.1. O serviço de cobrança deverá seguir ao descritivo do Termo de Referência;

3.1.2. A prestação do objeto contratual deverá seguir as especificações estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento, no **prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil.

#### **A gestão contratual seguirá a seguinte dinâmica:**

3.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

3.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

3.1.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.1.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.1.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.1.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

3.1.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.1.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

3.1.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ( Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

3.1.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

3.1.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

- 3.1.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 3.1.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 3.1.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 3.1.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 3.1.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 3.1.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 3.1.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 3.1.21. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 3.1.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 3.1.23. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, designa-se a servidora Patrícia Máximo de Oliveira, como Gestora do Contrato, e o servidor Thiago Silva e Queiroz, como Fiscal do Contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução e pelo cumprimento das obrigações contratuais, conforme suas respectivas competências.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 Para a execução do objeto deste contrato, conforme consta na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a quantia de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 – 5º andar – sala 505 – Papicu, CEP: 60175-047 – Fortaleza – CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

5.2. Deverá a contratada apresentar até o 5º dia útil do mês subsequente a fatura contendo a descrição da prestação dos serviços.

5.2.1. Caberá o fiscal do contrato, no prazo de até 3 dias, solicitar a contratada que realize deduções nos valores, nos casos pertinentes. Caso não haja manifestação poderá a contratada emitir a nota fiscal no valor integral.

5.3. Dado o aceite, a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para enviar a nota fiscal, destacando os valores provisionados para recolhimento em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme Anexos XII e XII-A da Instrução Normativa nº 05/2017.

5.4. A contratada deverá apresentar junto a nota fiscal os documentos abaixo:

a) SICAF atualizado

**5.4.1. Para o Lote 01**

a) Folha analítica de pagamento específica do mês correspondente;

b) Cópia do registro de ponto de frequência, recibo de pagamento do salário, do recibo de fornecimento do vale-transporte; do vale alimentação e/ou vale-refeição, correspondentes à nota fiscal/fatura paga no mês anterior, respeitando o que estiver registrado no Acordo da Categoria vigente quando da emissão da Nota fiscal/Fatura;

c) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS);

d) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) vencidos no mês anterior;

e) Cópia dos recibos de quitação de todos os auxílios e benefícios aos quais tenham direito, previstos em dissídio, acordo ou convenção coletiva, assim como os previstos na legislação trabalhista, referente ao mês corrente.

5.5. O fiscal do contrato verificará a conformidade dos documentos recebidos, solicitando as retificações que julgar necessárias. Tais retificações deverão ser atendidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.6. A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente expressar os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6. 1. O prazo de validade;

5.6. 2. A data da emissão;

5.6. 3. Os dados do contrato e do CRN-11;

5.6. 4. O período de prestação dos serviços;

5.6.5. O valor mensal previsto em contrato a pagar, considerando as seguintes deduções:

5.6.5.1. Os valores a serem retidos na conta movimento;

5.6.5.2. As possíveis deduções;

5.6.5.3. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6.6. Nos casos em que houver erro material na emissão do documento fiscal, será dado prazo de 5 dias úteis à Contratada, para regularização.

5.6.7. Após o recebimento da nota fiscal, caberá ao Fiscal do contrato atestá-la e encaminhar ao setor financeiro do CRN-11, para realização do pagamento.

5.6.8. A Contratada deverá informar, por escrito, ao CRN-11, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, as respectivas datas de vencimento e alterações posteriores, para

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



cumprimento das obrigações, que não tenham sido indicadas em dissídio, acordo ou convenção coletiva, ou na legislação trabalhista, sendo que a definição das datas e respectivas alterações aqui referidas somente serão admitidas quando não contrariarem outras disposições definidas nos eventos citados.

5.6.9. No caso de as faturas serem emitidas e entregues ao CRN-11 em data posterior à indicada no item 5.2., acima, será imputado à Contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

5.6.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando o prazo para pagamento após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CRN-11.

5.6.11. O pagamento será efetuado em moeda corrente, por meio de ordem bancária de crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pela Contratada, ou pagamento via cobrança por boleto bancário, pagável na rede de compensação nacional.

5.6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou quando efetivado o pagamento do boleto no sistema financeiro.

5.6.13. O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo fiscal e pelo gestor do Contrato, será de até 10 (dez) dias, contados da data de sua apresentação.

5.6.14. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CRN-11, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas

$$I = (TX/100) \div 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5.6.15. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o processo deverá ser instruído com as justificativas e motivos, e ser submetido à apreciação da autoridade superior do CRN-11, que adotará as providências para verificar se é ou não

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

5.6.16. Os pagamentos das faturas efetuadas pelo CRN-11 não deverão ser vinculados ao pagamento dos salários e benefícios aos empregados, nem ao pagamento de tributos e taxas devidos pela Contratada. Desta forma, a Contratada não poderá justificar o não pagamento de suas obrigações por não receber os valores das faturas emitidas ao CRN-11.

5.6.17. Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção tributária, conforme preceitua a IN RFB nº 1.234/2012 e demais legislações correlatas.

5.6.18. O CRN-11 poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do Contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do início da vigência do contrato, será realizada reunião de alinhamento, preferencialmente em formato presencial, para definição dos critérios abaixo dispostos:

a) Definição do responsável designado pela contratada para acompanhamento da execução do contrato, com os respectivos meios de comunicação mínimo (e-mail institucional e telefone).

b) Relação nominal, com comprovação de vínculo empregatício, do colaborador que atuará nos postos de trabalho.

c) Proposta de cronograma de execução dos serviços.

7.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer os itens abaixo para a execução dos serviços:

a) Uniformes

b) EPI's

c) Atestados de saúde ocupacional válido dos colaboradores.

7.2. A prestação dos serviços de Asseio e Conservação deverá seguir as seguintes diretrizes mínimas:

7.2.1. Para o LOTE 01:

7.2.1.1. Atividades de Limpeza e Conservação:

a) Diariamente:

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

- Realizar a limpeza de todas as superfícies (mesas, estações de trabalho, armários, telefones, etc.), removendo o pó e marcas.
- Varrer e passar pano úmido com produto adequado em todos os pisos.
- Esvaziar todas as lixeiras, acondicionar o lixo em sacos plásticos e removê-lo para o local indicado, no mínimo 2 (duas) vezes ao dia.
- Higienizar completamente os banheiros (pisos, paredes, vasos sanitários, pias e espelhos), repondo os materiais de higiene (papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido) fornecidos pelo CRN-11.
- Limpar portas de vidro, espelhos e outras superfícies de vidro de uso constante.

b) Semanalmente:

- Realizar a limpeza de paredes, rodapés, portas e divisórias.
- Limpar a face interna de janelas e esquadrias que não exponham o colaborador a risco.
- Lavar todas as lixeiras com água e sabão.
- Limpar cadeiras e poltronas com produtos adequados ao seu revestimento.

c) Mensalmente:

- Limpar a parte externa de luminárias e aletas externas de ar-condicionado.
- Realizar limpeza mais profunda atrás de móveis e arquivos.

7.2.1.2. Atividades de Copeiragem:

- a) Preparar e servir café e água, mantendo as garrafas térmicas abastecidas ao longo do expediente para os colaboradores, diretoria e visitantes.
- b) Manter a copa permanentemente limpa e organizada, incluindo a higienização de bancadas, pia, micro-ondas, cafeteira e outros eletrodomésticos.
- c) Realizar a limpeza de utensílios como xícaras, copos e talheres utilizados no dia a dia.
- d) Controlar os insumos da copa (pó de café, açúcar, adoçante, copos descartáveis, etc.) fornecidos pelo CRN-11, informando ao fiscal do contrato a necessidade de reposição.
- e) Dar suporte em reuniões, servindo água e café aos participantes conforme solicitado.

7.2.2. Para o LOTE 02:

7.2.2.1. Atividades de Limpeza e Conservação (Execução Semanal):

- a) Realizar a limpeza geral e completa de todas as dependências da Delegacia.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE  
E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

- b) Varrer e passar pano úmido com produto adequado em todos os pisos.
- c) Remover o pó de todas as superfícies, como mesas, cadeiras, armários e equipamentos.
- d) Higienizar completamente os banheiros, incluindo vasos, pias, espelhos e pisos, e repor os materiais de higiene fornecidos pelo CRN-11.
- e) Esvaziar todas as lixeiras e remover o lixo para local apropriado.
- f) Limpar vidros internos, portas e remover eventuais manchas de paredes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V, Lei 14.133/2021)**

7.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.2. Para o Lote 01:

7.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de reajuste salarial da Convenção Coletiva da categoria (CCT), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Para o Lote 02:

7.3.1. O reajuste será pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme previsto no artigo 92, § 3º, da Lei 14.133, de 2021.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, Lei 14.133/2021)**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. Indicar o local onde os serviços serão executados.

8.4. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações, dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato.

8.5. Solicitar à Contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

8.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

8.8. Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo.

8.9. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

8.10. Disponibilizar instalações sanitárias, aos empregados da Contratada.

8.11. Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

8.12. Disponibilizar, aos empregados da Contratada, local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços.

8.13. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada e desde que seja observado o limite da legislação trabalhista;

8.13.1. O pagamento do serviço adicional será efetuado conforme a legislação, sendo necessária autorização por expresso de ambas as partes, constando a mesma na Nota Fiscal de serviços emitida.

8.14. É vedado à Administração ou aos seus empregados praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.14.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

8.14.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

8.14.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

8.15. Efetuar o pagamento à Contratada do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.16. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

8.17. Fiscalizar mensalmente, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII, Lei 14.133/2021)**

9.1. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado, nos termos deste documento, do Edital, seus Anexos, assim como da legislação vigente, e arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados, dolosa ou culposamente, aos bens do CRN-11 e/ou de terceiros.

9.2. Executar os serviços conforme especificações deste documento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer uniformes, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.3. Cumprir fielmente as obrigações contratuais, de forma que a prestação do serviço seja realizada com perfeição.

9.4. Vedar, durante a vigência do contrato, a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público ativo ou aposentado há menos de 05 (cinco) anos, que desempenhe ou não função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

9.5. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

9.6. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social -CTPS.

9.7. Cumprir todos os prazos estipulados na cláusula de execução de contrato.

9.8. A Contratada deverá cuidar para que os profissionais indicados para a prestação dos serviços apresentem-se trajando uniformes sempre limpos, fornecidos às suas expensas.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



- 9.9. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.
- 9.10. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.
- 9.11. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito.
- 9.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CRN-11.
- 9.13. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CRN-11.
- 9.14. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, informando ao fiscal todas as ocorrências relevantes.
- 9.15. Responsabilização pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- 9.16. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 9.17. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 9.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CRN-11.
- 9.19. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CRN- 11, sendo que, em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que o CRN-11 analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.20. Autorizar o CRN-11, por meio da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 9.21. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE  
E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.22. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recurso/redução de desperdícios/menor poluição ambiental, tais como:

9.23. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, além de outros produtos que possam acarretar poluição ambiental, como lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.

9.24. Relatar ao Fiscal do Contrato qualquer irregularidade observada nos locais onde houver prestação dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRN-11.

9.25. Participar das reuniões sempre que solicitado.

9.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 105 da Lei 14.133/2021.

9.27. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o Art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

9.28. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados para atender a eventuais acréscimos solicitados pelo CRN-11, bem como impedir que o empregado que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne ao trabalho na unidade.

9.29. É expressamente vedado à Contratada a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do CRN-11.

9.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.31. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito do CRN-11.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.5. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

10.6. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

10.7. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

10.8. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, abrangendo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados ou exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis aplicáveis à Proteção de Dados.

10.9. A CONTRATADA deverá treinar e orientar seus colaboradores acerca das disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

10.10. A CONTRATADA deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Conselho Regional de Nutricionistas da 11ª Região, e cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais se incluirão os seguintes:

10.10.1. Assinar contrato ou termo de compromisso com cláusulas específicas sobre proteção de dados pessoais definidas pelo contratante;

10.10.2. Apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do Conselho Regional de Nutricionistas

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

da 11ª Região e nos instrumentos contratuais;

10.10.3. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

10.10.4. Seguir fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo respectivo contratante;

10.10.5. Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao respectivo contratante, mediante solicitação;

10.10.6. Permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo respectivo contratante ou por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

10.10.7. Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo respectivo contratante, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

10.10.8. Comunicar formalmente e de imediato ao Encarregado a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

10.10.9. Descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o contratante, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tatame.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII, Lei 14.133/2021)**

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação do serviço, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de contratação com baixo valor estimado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

#### **IV– Multa**

I - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

II - compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### **Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX, Lei 14.13/2021)**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para a sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar – sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)



13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.5. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.11. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.13. Indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes dos serviços constantes do objeto correrão nas contas de recursos específicos consignados no Orçamento do CRN-11, na seguinte rubrica:

- 6.2.2.1.1.01.04.04.008 - Serviços de Limpeza, Conservação, Copa e Paisagismo

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUSTENTABILIDADE**

15.1. A contratada deve:

15.1.1. Observar, no que couber, a inclusão de critérios/ práticas de sustentabilidade a serem observados na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços no âmbito do CRN-11.

15.1.2. Não infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III, Lei 14.133/2021)**

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)**

19.1.As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza/CE, como o competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste contrato eventualmente

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar – sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

não resolvidas no âmbito administrativo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19.2. E, para firmeza e como prova de assim haver, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em duas vias de igual teor e forma, pelas partes contratantes, tendo sido arquivado em ordem cronológica na Sede do CRN-11, com registro sistemático de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas: Nome: Nome: **CPF: CPF:**

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)

#### ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Atestamos, para fins de comprovação junto ao processo licitatório relativo ao Edital do Pregão eletrônico nº \_\_\_\_/2026, que o Sr.(a) \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, esteve visitando, nesta data, as instalações físicas do Órgão \_\_\_\_\_, situado no endereço \_\_\_\_\_, a fim de verificar a atual situação do acervo documental, para a execução do contrato, obtendo o conhecimento de todos os detalhes, informações e condições necessárias à elaboração da proposta, de acordo com o Edital e seus anexos.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

1) Responsável Órgão pelo Atestado de Vistoria

Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula / registro: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

2) Representante da LICITANTE na Vistoria

Nome: \_\_\_\_\_

Nº RG e ORGÃO EMITENTE: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ABDICAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: crn11@crn11.org.br | www.crn11.org.br

Declaramos, para fins de comprovação junto ao processo licitatório relativo ao Edital Nº \_\_\_\_/2026, que a empresa da empresa \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_, abdica da visita técnica as instalações físicas do órgão \_\_\_\_\_, situado no endereço \_\_\_\_\_, considerando que este fato não irá impactar para elaboração de sua Proposta de Preço para a licitação em questão.

Declaramos ainda o pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho e assumimos a total responsabilidade, sem quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Representante Legal da LICITANTE

Nome: \_\_\_\_\_

Nº RG e ORGÃO EMITENTE: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Conselho Regional de Nutrição da 11ª Região**

Sede: Av. Santos Dumont, 5335 - 5º andar - sala 505 - Papicu, CEP: 60175-047 - Fortaleza - CE

E-mail: [crn11@crn11.org.br](mailto:crn11@crn11.org.br) | [www.crn11.org.br](http://www.crn11.org.br)